

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano I | 19 de Junho de 2018 | Nº 32

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Sindicato entrega reivindicações da FNOB para Fenaban, BB e Caixa

Pautas alternativas às da Contraf foram protocoladas no último dia 14, em São Paulo



Fenaban

ÍNDICE DE REAJUSTE: 22% (inflação dos últimos 12 meses + perdas salariais acumuladas no governo FHC + perdas comuns de bancos públicos e privados).

PLR LINEAR DE 25% DO LUCRO: Os lucros devem ser divididos igualmente entre todos os bancários, sem distinção de cargos, já que todos têm responsabilidade na construção dos lucros.

PLANOS DE CARREIRA CARGOS E SALÁRIOS PARA TODOS: Os bancos privados têm condições de implementar planos de carreira, cargos e salários, valorizando os funcionários por tempo de serviço e oferecendo promoções baseadas em avaliações objetivas. Nos bancos públicos, é preciso definir critérios mais claros para promoções.

GATILHO SALARIAL: Para evitar o achatamento salarial, já que os preços vêm subindo constantemente, é preciso implantar este mecanismo, para recompor o poder de compra a cada três meses.

FIM DAS METAS!
FIM DAS DEMISSÕES IMOTIVADAS!
MAIS CONTRATAÇÕES!



BB

INCORPORAÇÃO SALARIAL AOS DESCOMISIONADOS: mesmo antes da reforma trabalhista o Banco do Brasil não seguia a Súmula 372, obrigando os bancários a procurar o direito da incorporação salarial para quem tem mais de dez anos de comissionamento, judicialmente. Essa reivindicação também está na pauta entregue à Caixa Federal.

VOLTA DAS HOMOLOGAÇÕES NO SINDICATO: desde a reforma trabalhista o BB não realiza as homologações no Sindicato, um grande ataque aos trabalhadores e organização sindical. O Sindicato dos Bancários de Bauru e Região também exige que o Itaú e o Santander façam as homologações no Sindicato.

FIM DA LATERALIDADE: atualmente, não existe substituição para os cargos comissionados. O resultado é a institucionalização do desvio de função. O banco tem dinheiro retornar as substituições remuneradas!

RESPONSABILIZAÇÃO DO BB SOBRE A CASSI: se aproveitando da resolução 23 da CGPAR, o Banco do Brasil quer diminuir seu custo com a Cassi. É preciso cobrar do banco o repasse de mais de R\$450 milhões que ele deve ao plano desde 2008.



Caixa

CANCELAMENTO ATÉ AUDITORIA DO EQUACIONAMENTO NA FUNCEF: os bancários da Caixa estão pagando um equacionamento na Funcef fruto de corrupção e má gestão. O Sindicato só aceita a política do equacionamento após uma auditoria no Fundo de Pensão!

EQUIPARAÇÃO AO BANCO CENTRAL NO PISO DA CATEGORIA: hoje o bancário já é contratado com salário rebaixado. Para recompor rapidamente o poder de compra do funcionalismo é preciso lutar pela equiparação ao piso do Banco Central (R\$3.940,44). Essa reivindicação vale para bancos públicos e privados.

VOLTA DOS CONCURSOS PÚBLICOS: a Caixa é um dos bancos que mais diminuiu número de funcionários no último ano. Para acabar com a sobrecarga de trabalho é preciso a realização de novos concursos públicos.

VALORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EXPRESSO: o bancário do atendimento expresso é responsável por um grande volume de serviço. Apesar disso, não existe nenhum tipo de valorização, nem estímulo financeiro, para o mesmo.

ISONOMIA: Equiparação de direitos dos funcionários novos com os antigos!

TRT reafirma que Priscila Rodrigues é legítima diretora do Sindicato

Assim como decidiu a primeira instância, Priscila tem direito a se candidatar e se eleger para Diretoria

No último dia 13, por unanimidade, a Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) reafirmou a decisão de primeira instância e deu novamente a vitória a Priscila Rodrigues no processo que questionava seu direito de ser candidata na eleição de 2016 para a direção do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

Priscila se tornou diretora do **Sindicato** na eleição de 2013. Na ocasião, ela era bancária do Banco Votorantim. Ocorre que, durante o triênio

de seu primeiro mandato, o Votorantim fechou a agência onde Priscila trabalhava, e foi com base nisso que seus adversários (da Chapa 2, formada pelo pessoal do MNOB/PSTU) pediram a impugnação de sua candidatura em 2016.

Só que nem o departamento jurídico do **Sindicato** e nem a Justiça entendem que tal fato impeça Priscila de ser diretora da entidade. O principal motivo é que, a partir do momento em que Priscila se tornou diretora, em 2013, seu contrato de trabalho foi suspenso, o que impedia o

BV de transferir sua lotação como o fez. Além disso, o BV continuou atuando na região, através da unidade da BV Financeira em Bauru. A Justiça levou em consideração, ainda, o fato de que o Estatuto do **Sindicato** tampouco impedia a candidatura de Priscila.

Para o **Sindicato**, a vitória da diretora Priscila Rodrigues é uma vitória da categoria e da democracia. Não seria justo se oportunistas sindicais conseguissem proibir não somente a posse de Priscila, mas também a escolha da maioria nas urnas.



Sergio Ribeiro, advogado do Sindicato, e Priscila Rodrigues no TRT de Campinas, após assistirem ao julgamento

Sindicato reintegra bancário do Santander prestes a se aposentar

Em fevereiro de 2016, o Santander demitiu sem justa causa um trabalhador que contava com 32 anos ininterruptos de casa (o bancário começou sua carreira no Banespa, que foi comprado pelo banco espanhol em novembro de 2000). Quando de sua demissão, o trabalhador estava a nove meses de adquirir o direito a se aposentar pelo INSS e, ainda, a um ano de conquistar a estabilidade pré-aposentadoria prevista na cláusula 26 da CCT e na cláusula 18ª do ACT do Santander.

Então, imediatamente o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acionou a Justiça. Já em março de 2016 a entidade pediu a reintegração do trabalhador, sob a alegação de que a dispensa foi obstativa de direito.

O juiz André Luiz Alves, da 3ª Vara do Trabalho de Bauru, concordou com o entendimento do **Sindicato** e invocou uma jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho que diz o seguinte: “O entendimento que prevalece no âmbito desta Casa [o

TST] é no sentido de que a dispensa imotivada do empregado prestes a adimplir as condições para gozar da estabilidade pré-aposentadoria, prevista em norma coletiva, constitui-se ato obstativo da aquisição do direito à estabilidade.”

Assim, o magistrado condenou o Santander a promover a reintegração do bancário dentro de 48 horas, no mesmo posto de trabalho e garantidas as mesmas condições contratuais, sob pena de multa. Vitória!



No último dia 7, um advogado do **Sindicato**, João Popolo Neto, esteve em Avaré para esclarecer as dúvidas dos bancários da Caixa Econômica Federal sobre a ação do auxílio-alimentação. Também estiveram presentes à reunião dois diretores da entidade, Paulo Tonon e Roberval Pereira.

Assistente do BB vence ação de 7ª e 8ª horas

Um bancário admitido como escriturário pelo Banco do Brasil em julho de 1998 começou a atuar como assistente de gerente de pessoa física em fevereiro de 2010.

Cumpriu jornada de oito horas até março de 2013, quando o BB reduziu sua jornada para seis horas, reduzindo também o valor da sua gratificação.

Então, em novembro de 2016 o trabalhador procurou o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** para pleitear na Justiça o pagamento das 7ª e 8ª horas trabalhadas entre novembro de 2011 (cinco anos antes do ajuizamento da ação) e março de 2013 (quando sua jornada foi reduzida para seis horas).

O artigo 224 da CLT diz que a jornada dos bancários é de seis horas contínuas. Só que

o parágrafo 2º do mesmo artigo permite a jornada de oito horas para quem exerce “funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança”.

Para o **Sindicato**, no entanto, a função de assistente tal como exercida pelo bancário do BB não poderia ser considerada como “função de confiança”, uma vez que as tarefas eram meramente técnicas, que ele não tinha poder para tomar decisões em nome do banco.

A juíza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima, da 1ª Vara do Trabalho de Bauru, concordou com o argumento do **Sindicato** e condenou o BB a pagar como horas extras as 7ª e 8ª horas de novembro de 2011 a março de 2013.

Bradesco continua assediando e demitindo sem justa causa. Chega!

Sindicato paralisou agência da Nações Unidas para denunciar o novo campeão em demissões



No dia 11, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** paralisou até o meio-dia a agência do Bradesco da avenida Nações Unidas para protestar contra a demissão injustificada de uma bancária que trabalhava na instituição há 12 anos e tinha histórico de doença ocupacional. Os

diretores da entidade fizeram uma reunião com os bancários e usaram o caminhão de som para denunciar as injustiças do banco.

O Bradesco, com o primeiro programa de demissão voluntária (PDV) de sua história, promovido no ano passado, é o atual campeão brasileiro



em demissões. Foram 9.985 postos de trabalho fechados em 2017. O resultado disso é o aumento da sobrecarga de trabalho e o consequente adoecimento daqueles que se mantêm no emprego. A situação é agravada pelo excesso de cobrança de metas inatingíveis [leia mais no box

ao lado]. Uma afronta!

O **Sindicato** intensificará as visitas às agências do Bradesco para combater tanto assédio. Além disso, já colocou o departamento jurídico à disposição da bancária demitida para ajuizar uma ação de reintegração com base em seu histórico de saúde.

Meta de hora em hora



Assim como um cuco, que de hora em hora surge gritando, o Bradesco tem obrigado seus funcionários a fazer função semelhante: ligar de hora em hora para os bancários para cobrar a meta do dia. Essa cobrança constante ajuda a adoecer os bancários. O **Sindicato** fará uma reunião com a superintendência regional para coibir essa prática.

Sindicato começa a entregar cartilhas contra mudanças na Cassi

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, em conjunto com os sindicatos do Rio Grande do Norte e do Maranhão – ambos também ligados à Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB) –, preparou uma cartilha para rebater a proposta do Banco do Brasil para a Cassi.

A proposta do BB é fruto de dois fatores. Um deles é a Resolução nº 23 da CGPAR, editada em janeiro pelo governo Temer para diminuir o valor que as empresas estatais federais gastam com os planos de saúde dos empregados. O outro fator é a ocorrência de consecutivos déficits anuais na Cassi.

No começo de junho, o banco abandonou a mesa de negociação com a Cassi e, após criticar o movimento sindical e desrespeitar o rito negocial, apresentou à diretoria executiva da Cassi uma nova proposta que sequer foi discutida com as entidades que representam os trabalhadores. Basicamente, o banco propôs reduzir suas contribuições à Cassi e mandar a conta para os associados, aumentando as contribuições de ativos e aposentados e instalando a cobrança por dependentes.

Para aprovar sua proposta, o banco tem promovido inúmeras reuniões com os

funcionários, tentando convencê-los que a única saída para a Cassi é o aumento da contribuição por parte do funcionalismo. Mentira!

A origem do déficit começou com o achatamento salarial dos funcionários na década de 1990. Se agravou com a diminuição do número de funcionários, com o aumento da pressão por lucratividade (o que levou ao aumento do número de adoecidos no banco) e com o calote promovido pelo BB, que não repassou à Cassi em 2008 os R\$ 450 milhões acordados para o custeio dos dependentes indiretos – hoje, esse valor atualizado chega a R\$ 700 mi-

CORTE NO PLANO DE SAÚDE...



lhões, o que sanearia, com sobras, o déficit atual do plano de saúde.

O **Sindicato** promoverá

reuniões nas agências para a entrega da cartilha e, assim, fazer o contraponto aos argumentos do banco.

Primeira condenação após reforma trabalhista é revertida

Trabalhador condenado ficou isento de pagar honorários

No dia 11 de novembro de 2017, a reforma trabalhista entrou em vigor e, no mesmo dia, um trabalhador rural da Bahia foi condenado a pagar R\$ 8,5 mil de honorários advocatícios. No entanto, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), alterou a sentença e isentou o trabalhador de pagar os honorários.

Tanto o autor, que solicitou indenização por danos morais, alegando acidente de trabalho e dispensa arbitrária como o Ministério Público do Trabalho, recorreram contra a condenação dos honorários advocatícios, por entenderem que a lei processual nova não se aplica aos processos em andamento.

Em uma nova decisão, os

desembargadores reduziram o valor devido, de 10% para 5% do valor da causa, e concederam ao reclamante o benefício da Justiça gratuita, ficando suspenso deste pagamento.

Para o **Sindicato dos Bancários**, a luta pela anulação da reforma trabalhista continua! É preciso incluir essa bandeira em nossa campanha salarial.

Inscrições para o Campeonato de Futsal vão até sexta, dia 22

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** recebe no até o dia 22 de junho as inscrições para o Campeonato de Futsal 2018. Como sempre, os jogos serão aos sábados pela manhã, começando em 21 de julho.

As equipes devem ter entre sete e doze jogadores, podendo contar com até dois estagiários ou trabalhadores terceirizados.

A ficha de inscrição encontra-se no site do **Sindicato**, e precisa ser impressa, preenchida e entregue a qualquer diretor da entidade.

A inscrição dos bancários sindicalizados é gratuita; já os bancários não sindicalizados, financeiros, estagiários e trabalhadores terceirizados têm de pagar uma taxa no valor de R\$ 20.

Corram! Inscrevam-se!



Dia 29 o SindBar recebe a banda Level Hard

Na última sexta-feira de junho, dia 29, a banda Level Hard comandará o SindBar!

Formada pelo bancário da Caixa Econômica Federal, Otávio Loxa (vocal), Fabio Vargas (guitarra), Tiago Silva (guitarra), Jessé Perisin (baixo) e Bruno Barbosa (bateria), a banda de hard rock busca criar uma conexão entre a música e os videogames que marcaram época, “mudando de fase” conforme o show avança e trazendo curiosidades da década de 80.

Então, se preparem para

um repertório repleto de covers de Alice Cooper, Scorpions, Bruce Dickinson, AC/DC, Kiss, Lynch Mob, ZZ Top, Aerosmith, Van Halen, Mr.

Big, Malmsteen, entre outros.

O SindBar oferece espaço kids com monitores, venda de espetinhos, cerveja e refri.

A entrada é gratuita!



Michele, Jouse, Priscila e Alexandre, diretores do **Sindicato**, participaram, na noite do dia 7, de uma palestra sobre aprimoramento da oratória, no campus da USP, em Bauru. “O maior desafio do Sindicato é o desenvolvimento de políticas. Precisamos ser assertivos ao repassar nossas propostas”, afirma Michele.